



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento
Departamento de Contabilidade

Prefeito Municipal

Rafael Valdomiro Greca de Macedo

Vice-Prefeito

Eduardo Pimentel Slaviero

Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

Cristiano Hotz

Superintendente Executiva da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

Daniele Regina dos Santos

Superintendente Fiscal da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

Mário Nakatani Junior

Diretor de Orçamento

Carlos Eduardo Kukulj

Diretor de Contabilidade

Claudinei Nogueira

Diretora de Rendas Mobiliárias

Adriano de Andrade Manzepe

Diretor de Rendas Imobiliárias

Sergio Luiz Primo

Diretora de Controle Financeiro

Maria Cristina Baggio

Coordenação Núcleos Regionais

Ricardo Rodrigues Ribeiro

Assessor de Captação de Recursos e Gestão de Investimentos

Anderson Carpen Padovani

Coordenador de Contratos e Convênios

Joelson Luiz do Espírito Santo

EQUIPE TÉCNICA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Andreza Cristine Juglair
Cleonice Amaral
Daniele Schultz Bahr
Edicleusa Medeiros Alves
Edson Augusto Caffé Araujo
Erivaldo Figueiredo Pereira
Henrique Viana Gotardo
Ivan Luis Barbosa
João Alberto Mateus de Oliveira
Luciano Lucas Duda
Marcio Ferreira de Andrade
Maria Fatima Krasoski
Rafael Galvão R. Ramalho
Rejane Hancke
Robson Wanderley Jungblut
Sandra Mara Taverna
Simone Fernandes
Terezinha de Fátima Perkoski



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Período: JANEIRO A DEZEMBRO 2022 – BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Período: 3º QUADIMESTRE

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS..... | 3 |
| NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS AOS RELATÓRIOS | 5 |
| RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO..... | 8 |
| ANEXO 1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | 8 |
| ANEXO 2 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | 10 |
| ANEXO 3 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA..... | 13 |
| ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS | 14 |
| ANEXO 6 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL..... | 16 |
| ANEXO 7 – DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO..... | 18 |
| ANEXO 8 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE | 19 |
| ANEXO 9 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL | 21 |
| ANEXO 10 – DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS | 22 |
| ANEXO 11 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS | 24 |
| ANEXO 12 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE.. | 25 |
| ANEXO 13 – DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS | 27 |
| ANEXO 14 – DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA..... | 28 |
| RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF | 29 |
| ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL | 29 |
| ANEXO 2 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA | 30 |
| ANEXO 3 – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES..... | 31 |
| ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 32 |
| ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR | 33 |
| ANEXO LRFM – DEMONSTRATIVO DO LIMITE DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA (PODER EXECUTIVO) | 34 |
| ANEXO 6 – DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL | 35 |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES..... | 37 |



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|--------------|---|
| BO | Balanço Orçamentário |
| CEF | Caixa Econômica Federal |
| CF | Constituição Federal |
| CFC | Conselho Federal de Contabilidade |
| CIC | Companhia de Desenvolvimento de Curitiba |
| CNPJ | Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas |
| COHAB | Companhia de Habitação Popular de Curitiba |
| CRC | Conselho Regional de Contabilidade |
| CTN | Código Tributário Nacional |
| CURITIBAPREV | Fundação de Previdência Complementar do Município de Curitiba |
| DCASP | Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público |
| DEA | Despesas de Exercícios Anteriores |
| FC | Departamento de Contabilidade da Finanças |
| FEAS | Fundação Estatal de Atenção à Saúde |
| FEPGM | Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Curitiba |
| FGP/PR | Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas |
| FMS | Fundo Municipal de Saúde |
| FPM | Fundo de Participação dos Municípios |
| FUNDEB | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação |
| GTM | Gestão Tributária Municipal |
| ICMS | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços |
| INPC | Índice Nacional de Preços ao Consumidor |
| INCS | Instituto Nacional de Ciências da Saúde |
| INSS | Instituto Nacional do Seguro Social |
| IPCA | Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo |
| IPI | Imposto sobre Produtos Industrializados |
| IPMC | Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba |
| IPSAS | <i>International Public Sector Accounting Standards</i> (Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público) |
| IPTU | Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana |
| IPVA | Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores |
| IRRF | Imposto sobre a Renda Retido na Fonte |
| ISS | Imposto Sobre Serviços |
| ISSQN | Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza |
| ITBI | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis |
| LOA | Lei Orçamentária Anual |
| LRF | Lei de Responsabilidade Fiscal |
| LRFM | Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal |
| LTDA | Limitada |
| MCASP | Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público |
| NBC TSP | Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público |
| NBCASP | Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público |
| NE | Notas Explicativas |
| OFSS | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |



| | |
|--------|--|
| OSC | Organizações da Sociedade Civil |
| PASEP | Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público |
| PCASP | Plano de Contas Aplicado ao Setor Público |
| PGFN | Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional |
| PGM | Procuradoria Geral do Município |
| PMC | Prefeitura Municipal de Curitiba |
| RCL | Receita Corrente Líquida |
| RFB | Receita Federal do Brasil |
| RGPS | Regime Geral de Previdência Social |
| RAP | Restos a Pagar |
| RPPS | Regime Próprio de Previdência Social |
| RGF | Relatório de Gestão Fiscal |
| RREO | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| RSF | Resolução do Senado Federal |
| SELIC | Sistema Especial de Liquidação e Custódia |
| SGP | Sistema de Gestão Pública |
| SMF | Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento |
| STN | Secretaria do Tesouro Nacional |
| TCE-PR | Tribunal de Contas do Estado do Paraná |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| URBS | Urbanização de Curitiba S/A |



NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS AOS RELATÓRIOS

1. Os anexos do RREO e RGF, apresentados nesta publicação, foram aprovados pela Portaria nº. 924/21 da Secretaria do Tesouro Nacional e estão de acordo com a Lei complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei complementar Municipal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal e Provimento nº 002/2002 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

2. Os Balanços e os Demonstrativos da Execução Orçamentária (RREO) referem-se, exclusivamente, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da Administração Pública Municipal.

3. Consideram-se Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social o conjunto de dotações estabelecidas para as unidades orçamentárias pela Lei Municipal nº 15.940, de 21 de dezembro de 2021 – Lei Orçamentária Anual, acrescidas dos créditos adicionais abertos até o período de referência deste relatório. Esta composição está estruturada em:

3.1. Órgãos da Administração Direta – Executivo e Legislativo;

3.2. Fundos;

3.3. Fundações;

3.4. Autarquias.

4. No Anexo 3 (RREO), as operações intraorçamentárias são excluídas conforme o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Também foram excluídas as receitas elencadas no Art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 101/17, de 25 de agosto de 2017, e as receitas de rendimentos de aplicação financeira dos recursos do RPPS, uma vez que são valores atrelados aos recursos do RPPS que, por definição da LRF, não integram o cálculo da RCL.

5. Nos Anexos 1, 2 e 6 (RREO) a reserva de contingência é constituída sob a forma de dotação global, não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, sendo destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. Estes últimos incluem as alterações e adequações orçamentárias que se identificam com o disposto no § 1º do inciso III do art. 43 da Lei nº 4.320/64, que permite a abertura de créditos adicionais com o cancelamento de dotações orçamentárias, inclusive da reserva de contingência incluída na Lei Orçamentária Anual. A forma de utilização e o montante dessa reserva serão definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada ente da Federação. A Reserva de Contingência registra somente valores para as colunas da dotação inicial e dotação atualizada.



6. Nos Anexos 1 e 2 (RREO) a reserva do RPPS registra somente valores para as colunas da dotação inicial e dotação atualizada, sendo apresentada nestes demonstrativos por constar no orçamento e visando também o equilíbrio entre a receita e a despesa orçamentária.

7. No anexo 1 (RREO) a linha de Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores – RPPS registra somente valores para as colunas previsão inicial e previsão atualizada, sendo apresentada nestes demonstrativos por constar no orçamento e visando também o equilíbrio entre a receita e a despesa orçamentária.

8. No Anexo 6 (RREO), para fins de apuração do Resultado Primário, não estão computadas as receitas e despesas intraorçamentárias.

9. Nos Anexos 1, 2, 4, 8 e 12 (RREO) a coluna de inscrição em restos a pagar não processados apresentará valor somente no último bimestre do exercício.

10. Nos Anexos 8 e 12 (RREO) os limites mínimos anuais devem ser cumpridos no encerramento do exercício. Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento está apresentado com base na despesa liquidada. Somente no último bimestre do exercício o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

11. No Anexo 10 (RREO) a projeção atuarial foi elaborada com base de dados de 31/12/2020 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social – MPS. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses: Data Base dos Dados da Avaliação – 31/12/2020; Nº de Servidores Ativos – 28.205; Folha Salarial de Ativos – R\$ 135.107.812,05; Idade Média de Ativos - 46,8 anos; Nº de Servidores Inativos – 18.035; Folha dos Inativos – R\$ 107.502.893,36; Idade Média de Inativos - 65,9 anos; Crescimento Real de Remunerações de Ativos - 1,00% ao ano; Crescimento Real de Proventos de Inativos - 0,00% ao ano; Taxa Média de Inflação - Não considerada; Taxa de Crescimento do PIB - Não considerada; Taxa de Juros Real - 5,38% ao ano; Experiência de Mortalidade e Sobrevivência de Válidos e Inválidos - IBGE 2018 separada por sexos; Experiência de Entrada em Invalidez - Álvaro Vindas; Gerações Futuras ou Novos Entrados - Não considerada.

12. No Anexo 11 (RREO) foram incluídas as receitas de aplicações financeiras do período, nos termos do parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar 101/00.

13. No Anexo 13 (RREO) para a projeção da RCL para os exercícios de 2023 a 2032, foi utilizado o fator de 0,99802356999, sendo obtido pela geométrica da taxa de crescimento real do PIB nacional nos últimos oito anos divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual de Instrução de Pleitos (abril de 2022), aplicável aos procedimentos para contratação de operações de crédito de Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 8º da Portaria STN nº 396, de 2 de julho de 2009).

14. O Anexo 1 (RGF) refere-se, exclusivamente, as despesas realizadas no âmbito do Poder Executivo e apresentam as seguintes informações:



14.1. Inclui as despesas liquidadas com a Fundação Estatal de Atenção a Saúde – FEAS e Instituto Nacional de Ciências da Saúde - INCS em Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34);

14.2. Excluída a dedução referente ao IRRF conforme Lei Complementar nº 178/2021 que incluiu o § 3º no art. 18 da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal;

14.3. Para fins da apuração do limite da despesa com pessoal, não estão computados na base de cálculo da receita corrente líquida os valores pertencentes ao Fundo de Urbanização de Curitiba - FUC e que sejam destinados ao pagamento dos contratos de concessão do serviço público de transporte, conforme §3º do Art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 101/17 – LRFM e Lei Municipal nº 15.904/2021, bem como a Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da CF) e Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF).

15. No Anexo 2 (RGF), os valores correspondem a todos os entes e poderes.

16. No Anexo 3 (RGF), o valor da garantia concedida corresponde a garantia da COHAB.

17. No Anexo 4 (RGF), o valor corresponde ao montante do principal realizado da operação no exercício financeiro.

18. No Anexo 5 (RGF), conforme Portaria nº 924/STN-2021, estão computados nas obrigações financeiras os recursos de terceiros, como depósitos e consignações, obrigações decorrentes de saldos despesas não empenhadas, segregados da seguinte forma: Depósitos e Consignações: R\$ 232.602.235,02; Despesas não empenhadas: R\$ 11.806.256,55. O Saldo das despesas não empenhadas correspondem aos seguintes valores: Fundo Municipal de Saúde: R\$ 3.219.197,12 e Prefeitura Municipal de Curitiba: R\$ 8.587.059,43.

19. No demonstrativo do limite dos serviços de publicidade e propaganda, o valor da corresponde aos serviços de publicidade e propaganda ocorridas no exercício somente do Poder Executivo.



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO

ANEXO 1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



Balanço Orçamentário – Página 2



**ANEXO 2 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**



DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO – Página 2



DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO – Página 3



ANEXO 3 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



**ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO
REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**



**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS – folha 2**



ANEXO 6 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL



DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL – folha 2



ANEXO 7 – DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO



**ANEXO 8 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**



**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO
ENSINO – MDE – folha 2**



**ANEXO 9 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E
DESPESA DE CAPITAL**



**ANEXO 10 – DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS**



**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS – folha 2**



**ANEXO 11 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E
APLICAÇÃO DE RECURSOS**



**ANEXO 12 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS
PRÓPRIAS COM SAÚDE**



**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE – folha
2**



ANEXO 13 – DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS



**ANEXO 14 – DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF

ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL



ANEXO 2 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA



ANEXO 3 – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES



ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO



**ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A
PAGAR**



**ANEXO LRFM – DEMONSTRATIVO DO LIMITE DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E
PROPAGANDA (PODER EXECUTIVO)**



ANEXO 6 – DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL



Assinaturas



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

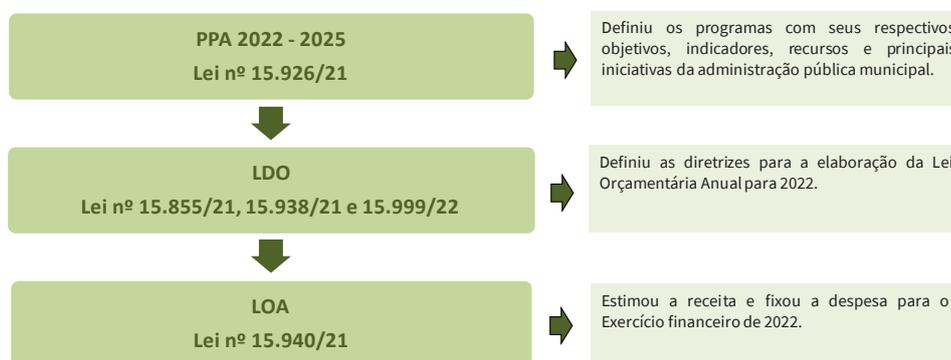
Apresentamos a seguir algumas informações complementares relativas ao período acumulado de JAN a DEZ do exercício financeiro de 2022.

1. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O planejamento do setor público municipal é consolidado a partir de três instrumentos, conforme determina a Constituição Federal de 1988:

- 1) Plano Plurianual (PPA);
- 2) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e
- 3) Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para o exercício de 2022, o sistema orçamentário de Curitiba foi estruturado da seguinte forma:



2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RECEITA E DESPESA

Para a contabilização da execução da receita e despesa (enfoque orçamentário) é utilizado o disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/1964, ou seja, as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas. Também são observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas instituídas pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.



2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

Uma adequada previsão das receitas é fundamental no processo orçamentário, uma vez que é a partir desses ingressos que o governo fixa suas despesas, definindo as prioridades para a aplicação dos recursos, em atendimento ao bem estar social.

O adequado planejamento da receita se confirma no momento da execução, quando há coerência entre o valor arrecadado e o previsto no orçamento, embora a previsão da Lei Orçamentária Anual (LOA) possa sofrer alterações.

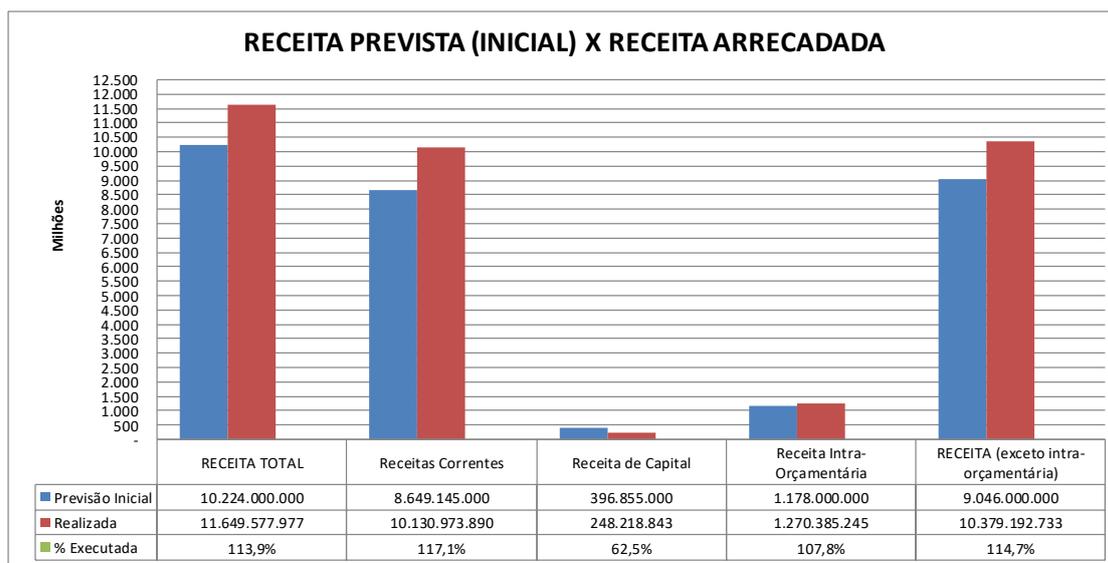
Até o bimestre de referência a receita orçamentária alcançou o montante de R\$ 11.649.577.977,24, correspondente a 113,94% em relação a previsão inicial contida na Lei Orçamentária Anual (LOA). As receitas correntes participaram com 86,96% das receitas orçamentárias, cabendo às receitas de capital a complementação de 2,13%. As receitas intraorçamentárias, ou seja, aquelas envolvendo transações dentro do próprio orçamento, corresponderam a 10,91% das receitas apropriadas no período.

A tabela e gráfico a seguir demonstram a execução das receitas até o bimestre de referência.

RECEITAS Categoria Econômica

| Descrição | Previsão Inicial (a) | Previsão Atualizada (b) | Realizada (c) | % (c/a) | % (c/b) |
|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------|---------------|
| RECEITA TOTAL | 10.224.000.000,00 | 11.212.469.659,12 | 11.649.577.977,24 | 113,9% | 103,9% |
| Receitas Correntes | 8.649.145.000,00 | 9.474.344.816,46 | 10.130.973.889,51 | 117,1% | 106,9% |
| Receita de Capital | 396.855.000,00 | 560.124.842,66 | 248.218.843,11 | 62,5% | 44,3% |
| Receita Intra-Orçamentária | 1.178.000.000,00 | 1.178.000.000,00 | 1.270.385.244,62 | 107,8% | 107,8% |
| RECEITA (exceto intra-orçamentária) | 9.046.000.000,00 | 10.034.469.659,12 | 10.379.192.732,62 | 114,7% | 103,4% |

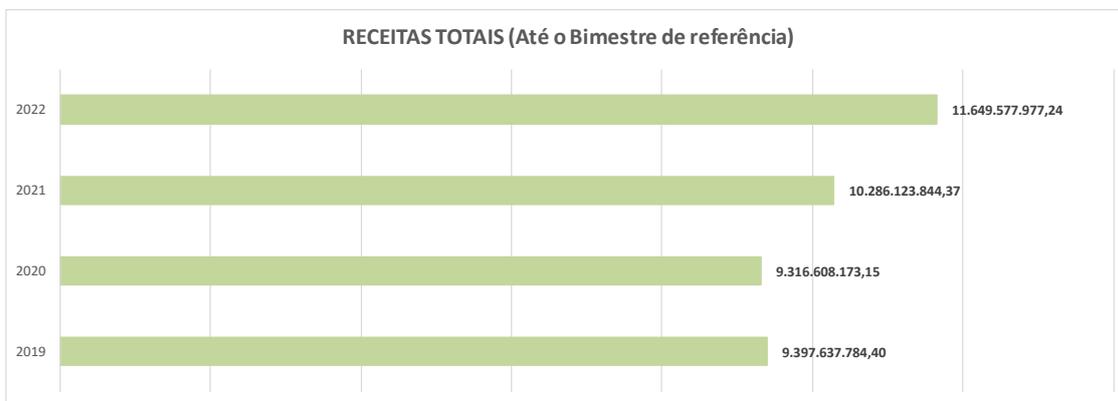
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária





Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal

Demonstramos a seguir a execução nominal das receitas nos últimos exercícios.



2.1.1. RECEITAS PRÓPRIAS

A principal origem de recursos próprios do município são as receitas tributárias que são as fontes de renda que derivam da arrecadação do ente municipal através dos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria. Este recurso tem por finalidade o custeio das despesas públicas e suas necessidades de investimento.

A tabela e o gráfico a seguir destacam as receitas tributárias de competência do município e arrecadadas no período de referência.

RECEITAS TRIBUTÁRIAS

| Descrição | Previsão Inicial (a) | Previsão Atualizada | Realizada (c) | % (c/a) | % (c/b) |
|---------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------|---------------|
| RECEITAS TRIBUTÁRIA (LÍQUIDAS) | 3.700.042.000,00 | 3.854.490.100,00 | 4.229.078.761,34 | 114,3% | 109,7% |
| IPTU | 1.051.900.000,00 | 1.064.300.000,00 | 1.136.868.499,67 | 108,1% | 106,8% |
| ITBI | 437.606.000,00 | 437.606.000,00 | 466.451.244,36 | 106,6% | 106,6% |
| ISS | 1.548.100.000,00 | 1.667.900.000,00 | 1.874.902.885,73 | 121,1% | 112,4% |
| IRRF | 442.000.000,00 | 458.948.100,00 | 529.843.444,45 | 119,9% | 115,4% |
| Taxas | 220.247.000,00 | 225.547.000,00 | 220.863.161,61 | 100,3% | 97,9% |
| Contribuição de Melhoria | 189.000,00 | 189.000,00 | 149.525,52 | 79,1% | 79,1% |

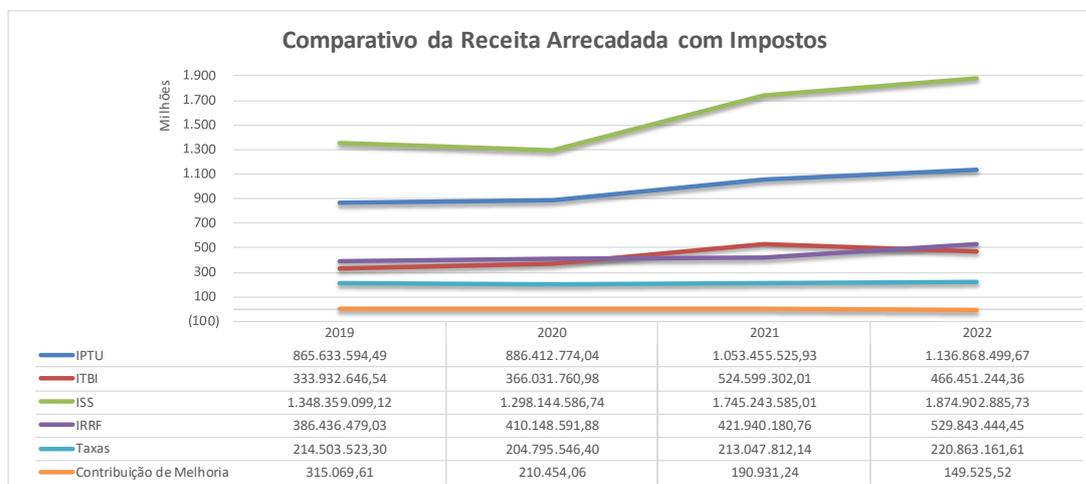
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária





Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal

Demonstramos a seguir a execução nominal das receitas tributárias nos últimos exercícios.



2.1.2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS

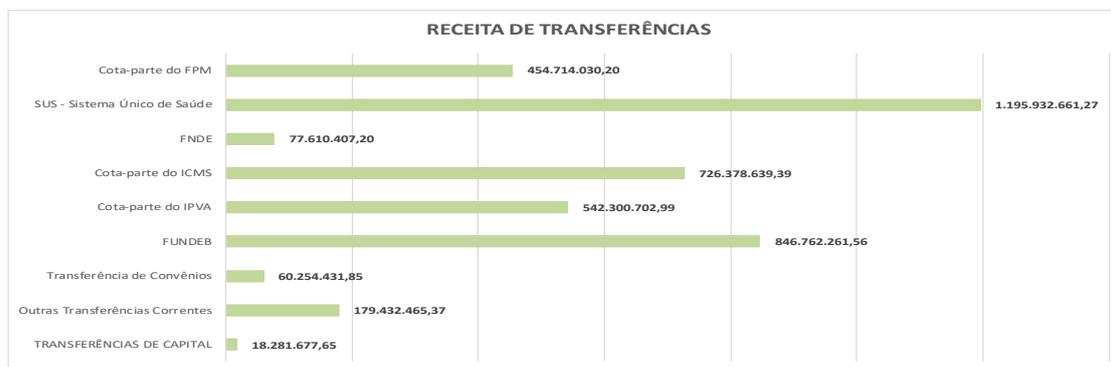
Parcela significativa da receita municipal é composta por transferências realizadas pelo Estado e pela União. Na ótica orçamentária, são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.

A tabela e gráfico a seguir destacam as receitas de transferências recebidas pelo município.

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS

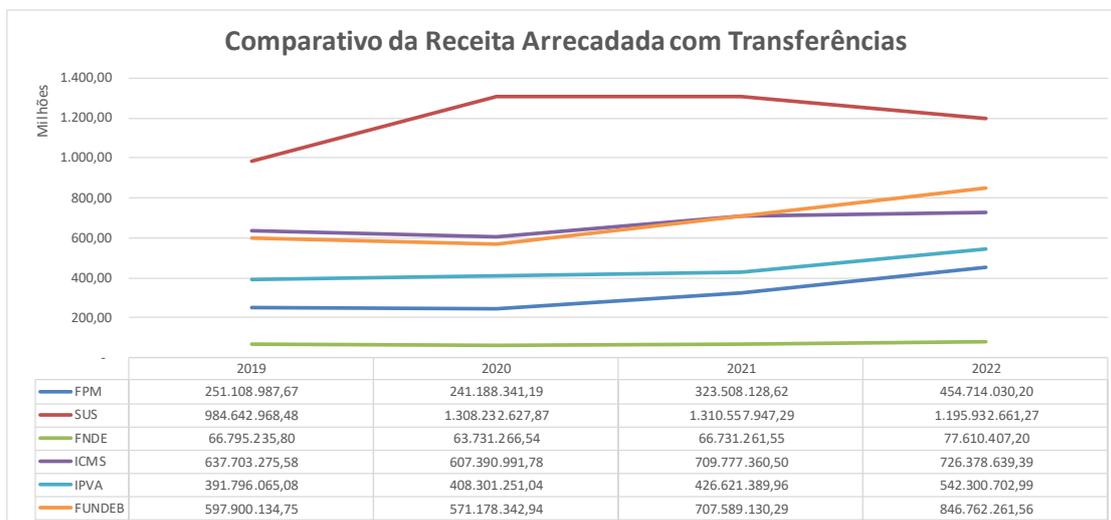
| Descrição | Previsão Inicial (a) | Previsão Atualizada (b) | Realizada (c) | % (c/a) | % (c/b) |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------|---------------|
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (LÍQUIDAS) | 3.279.169.000,00 | 3.801.822.138,24 | 4.083.385.599,83 | 124,5% | 107,4% |
| Cota-parte do FPM | 359.400.000,00 | 365.300.000,00 | 454.714.030,20 | 126,5% | 124,5% |
| SUS - Sistema Único de Saúde | 967.726.000,00 | 1.149.620.803,33 | 1.195.932.661,27 | 123,6% | 104,0% |
| FNDE | 73.126.000,00 | 79.329.857,64 | 77.610.407,20 | 106,1% | 97,8% |
| Cota-parte do ICMS | 662.400.000,00 | 674.400.000,00 | 726.378.639,39 | 109,7% | 107,7% |
| Cota-parte do IPVA | 461.600.000,00 | 484.600.000,00 | 542.300.702,99 | 117,5% | 111,9% |
| FUNDEB | 677.000.000,00 | 859.000.000,00 | 846.762.261,56 | 125,1% | 98,6% |
| Transferência de Convênios | - | 60.255.000,00 | 60.254.431,85 | 0,0% | 100,0% |
| Outras Transferências Correntes | 77.917.000,00 | 129.316.477,27 | 179.432.465,37 | 230,3% | 138,8% |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 133.331.000,00 | 148.541.004,28 | 18.281.677,65 | 13,7% | 12,3% |
| Transferências da União | 127.066.000,00 | 137.313.889,92 | 14.881.442,84 | 11,7% | 10,8% |
| Transferências do Estado | 6.265.000,00 | 11.227.114,36 | 3.233.934,81 | 516% | 28,8% |
| Outras Transferências de capital | - | - | 166.300,00 | 0,0% | 0,0% |

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária





Demonstramos a seguir a execução nominal das principais receitas de transferências nos últimos exercícios.



2.1.3. RECEITAS DE CONVÊNIOS

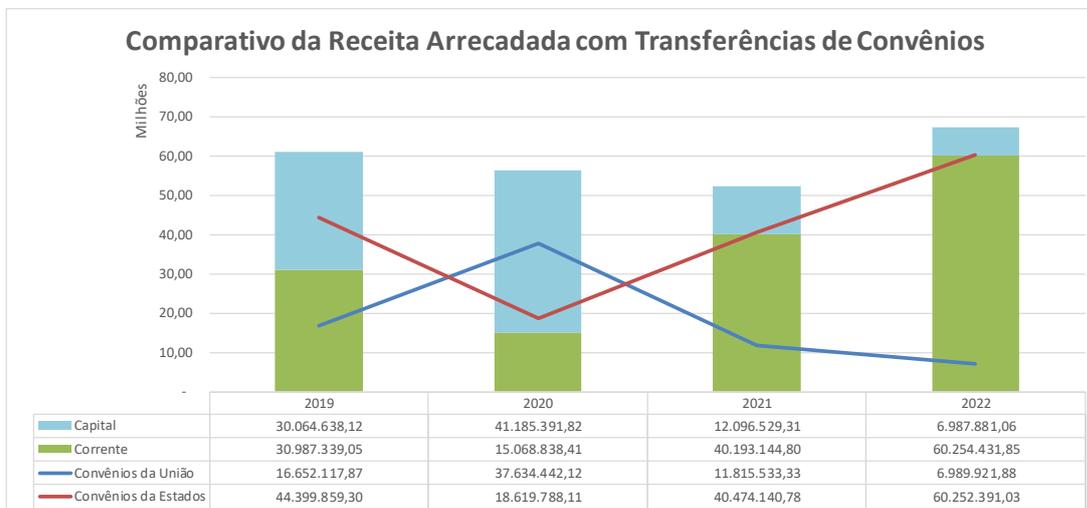
Correspondem a transferências de Convênio, contratos de repasse e termos de parceria que são feitos entre o município e entidades governamentais dos demais entes da Federação, ou organizações não-governamentais, para transferência de recursos financeiros a serem utilizados na execução de um objetivo comum.

O gráfico a seguir demonstram as transferências de convênios recebidas no período de referência e seus órgãos repassadores.





Demonstramos a seguir a execução nominal das receitas de convênios nos últimos exercícios, segregando-as nas categorias corrente e capital e sua origem.

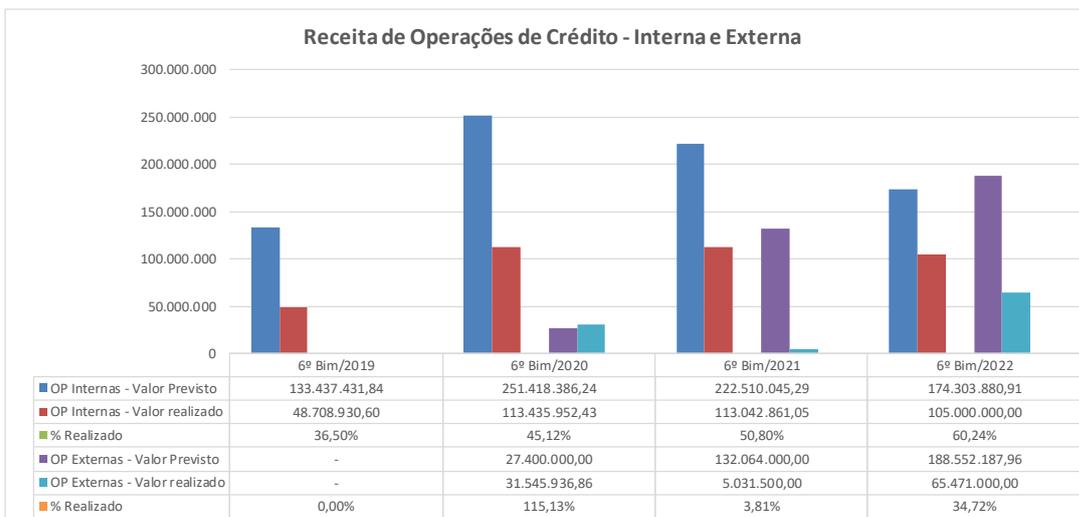


2.1.4. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Como fonte de financiamento para investimentos no Município de Curitiba temos os recursos classificados como “Receitas de Capital”. Estes recursos financeiros são oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos obtidos junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas. São espécies desse tipo de receita:

- a. Operações de Crédito Internas
- b. Operações de Crédito Externas

O gráfico a seguir demonstra o valor arrecadado até o bimestre de referência em comparação ao valor previsto nos últimos quatro exercícios.





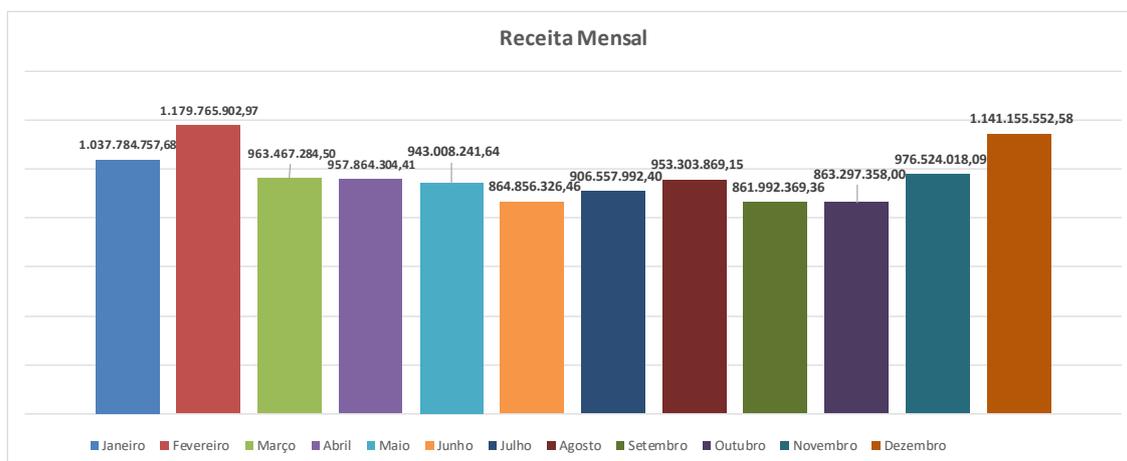
A tabela a seguir demonstra o valor arrecadado até o bimestre de referência segregando-os por órgão repassador.

| Órgão Repassador | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Operação de Crédito Externa | 31.545.936,86 | 5.031.500,00 | 65.471.000,00 | |
| BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento | - | 5.031.500,00 | 25.481.000,00 | |
| AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento | 31.545.936,86 | - | - | |
| NDB - New Development Bank | - | - | 39.990.000,00 | |
| Operação de Crédito Interna | 48.708.930,60 | 113.435.952,43 | 113.042.861,05 | 105.000.000,00 |
| CEF - Caixa Econômica Federal | 3.045.713,69 | 1.031.297,45 | - | - |
| BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento | 10.316.024,00 | 14.853.760,95 | 4.042.861,05 | - |
| Agência de Fomento Paraná | 21.347.192,91 | 8.613.503,16 | - | - |
| BB - Banco do Brasil | 14.000.000,00 | 46.000.000,00 | - | - |
| FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento | - | 42.937.390,87 | 109.000.000,00 | 105.000.000,00 |
| Total Geral | 48.708.930,60 | 144.981.889,29 | 118.074.361,05 | 170.471.000,00 |

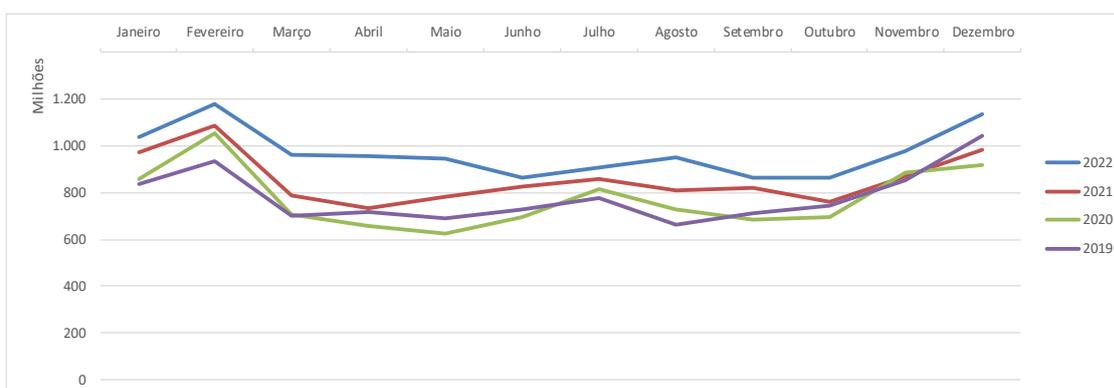
2.1.5. RECEITA MENSAL

A receita municipal nem sempre são arrecadadas de forma uniforme, sendo que sua sazonalidade demanda principalmente do vencimento dos tributos, municipal, estadual e federal. Esta verificação é de grande importância para o planejamento financeiros dos recursos que serão demandados junto as despesas públicas e investimentos realizados pelo município.

A demonstração a seguir permite comparar os valores que foram efetivamente arrecadados em cada um dos meses do presente exercício.



A demonstração a seguir permite comparar os valores nominais arrecadados em cada mês dos últimos exercícios.





2.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Uma adequada fixação das despesas é fundamental no processo orçamentário. É a partir dessa fixação que o governo define as prioridades de aplicação dos recursos, visando atender às políticas públicas oriundas das demandas sociais.

O adequado planejamento da despesa se confirma no momento da execução, quando há coerência entre o valor fixado e o valor executado do orçamento, embora a fixação da Lei Orçamentária Anual - LOA possa sofrer alterações ao longo do exercício.

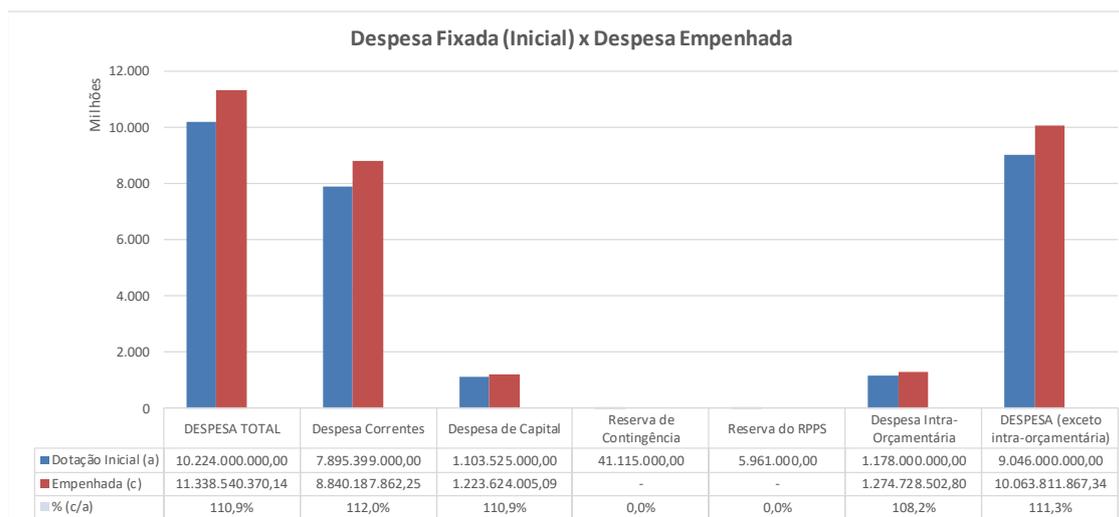
O empenho da despesa no período alcançou o montante de R\$ 11.338.540.370,14, correspondente a 110,90% em relação a fixação inicial contida na Lei Orçamentária Anual.

As despesas correntes correspondem a 77,97% das despesas realizadas no período, cabendo às despesas de capital o valor correspondente a 10,79%. A despesa intraorçamentária, ou seja, aquelas envolvendo transações dentro do próprio orçamento, correspondeu a 11,24% da despesa empenhada no período.

A tabela e o gráfico a seguir apresentam o comparativo do total das despesas fixadas em confronto com a executada.

| DESPESAS Categoria Econômica | | | | | |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------|--------------|
| Descrição | Dotação Inicial (a) | Dotação Atualizada | Empenhada (c) | % (c/a) | % (c/b) |
| DESPESA TOTAL | 10.224.000.000,00 | 13.080.965.860,97 | 11.338.540.370,14 | 110,9% | 86,7% |
| Despesa Correntes | 7.895.399.000,00 | 9.702.623.550,11 | 8.840.187.862,25 | 112,0% | 91,1% |
| Despesa de Capital | 1.103.525.000,00 | 2.078.257.669,80 | 1.223.624.005,09 | 110,9% | 58,9% |
| Reserva de Contingência | 41.115.000,00 | 396.328,56 | - | 0,0% | 0,0% |
| Reserva do RPPS | 5.961.000,00 | 5.961.000,00 | - | 0,0% | 0,0% |
| Despesa Intra-Orçamentária | 1.178.000.000,00 | 1.293.727.312,50 | 1.274.728.502,80 | 108,2% | 98,5% |
| DESPESA (exceto intra-orçamentária) | 9.046.000.000,00 | 11.787.238.548,47 | 10.063.811.867,34 | 111,3% | 85,4% |

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária



2.2.1. DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA

Assim como na receita orçamentária, a Lei nº 4.320/64 estabelece em seu art. 8º que os itens da discriminação da despesa orçamentária, mencionados no art. 13 da mesma lei, serão



Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal

identificados por números de código decimal, na forma do Anexo IV daquela Lei, atualmente consubstanciados no Anexo II da Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001.

Segundo esta codificação a despesa orçamentária é classificada em duas categorias econômicas, com os seguintes códigos:

| Categoria Econômica |
|----------------------------|
| 3 - Despesas Correntes |
| 4 - Despesas de Capital |

Complementando esta classificação temos o grupo de Natureza da Despesa que é um agregador de elementos de despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminado a seguir:

| Grupo de Natureza da Despesa |
|-------------------------------------|
| 1 - Pessoal e Encargos Sociais |
| 2 - Juros e Encargos da Dívida |
| 3 - Outras Despesas Correntes |
| 4 - Investimentos |
| 5 - Inversões Financeiras |
| 6 - Amortização da Dívida |

A seguir demonstramos a execução da despesa orçamentária por categoria econômica e grupo de despesa.

EXECUÇÃO DA DESPESAS Categoria Econômica

| Descrição | Dotação Inicial (a) | Dotação Atualizada | Empenhada (c) | % (c/a) | % (c/b) |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------|--------------|
| DESPESAS CORRENTES | 7.895.399.000,00 | 9.702.623.550,11 | 8.840.187.862,25 | 112,0% | 91,1% |
| Pessoal e Encargos Sociais | 4.271.686.000,00 | 4.897.636.893,99 | 4.796.019.785,82 | 112,3% | 97,9% |
| Juros e Encargos da Dívida | 63.490.000,00 | 67.908.000,00 | 63.597.396,00 | 100,2% | 93,7% |
| Outras Despesas Correntes | 3.560.223.000,00 | 4.737.078.656,12 | 3.980.570.680,43 | 111,8% | 84,0% |
| DESPESAS DE CAPITAL | 1.103.525.000,00 | 2.078.257.669,80 | 1.223.624.005,09 | 110,9% | 58,9% |
| Investimentos | 598.151.000,00 | 1.433.626.425,46 | 692.317.529,84 | 115,7% | 48,3% |
| Inversões Financeiras | 258.525.000,00 | 312.894.398,00 | 206.658.771,85 | 79,9% | 66,0% |
| Amortização da Dívida | 246.849.000,00 | 331.736.846,34 | 324.647.703,40 | 131,5% | 97,9% |
| DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA | 1.178.000.000,00 | 1.293.727.312,50 | 1.274.728.502,80 | 108,2% | 98,5% |
| Pessoal e Encargos Sociais | 462.309.000,00 | 546.130.016,26 | 539.033.390,75 | 116,6% | 98,7% |
| Juros e Encargos da Dívida | 15.588.000,00 | 18.138.000,00 | 17.717.903,87 | 113,7% | 97,7% |
| Outras Despesas Correntes | 673.603.000,00 | 702.959.296,24 | 691.604.262,42 | 102,7% | 98,4% |
| Investimentos | - | - | - | 0,0% | 0,0% |
| Amortização da Dívida | 26.500.000,00 | 26.500.000,00 | 26.372.945,76 | 0,0% | 0,0% |

Consolidação das Categorias Econômicas (Exceto Intra-Orçamentária + Intra-Orçamentária)

| | | | | | |
|----------------------------|-------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------|--------------|
| Despesas Correntes | 9.046.899.000,00 | 10.969.850.862,61 | 10.088.543.419,29 | 111,5% | 92,0% |
| Pessoal e Encargos Sociais | 4.733.995.000,00 | 5.443.766.910,25 | 5.335.053.176,57 | 112,7% | 98,0% |
| Juros e Encargos da Dívida | 79.078.000,00 | 86.046.000,00 | 81.315.299,87 | 102,8% | 94,5% |
| Outras Despesas Correntes | 4.233.826.000,00 | 5.440.037.952,36 | 4.672.174.942,85 | 110,4% | 85,9% |
| Despesas de Capital | 1.130.025.000,00 | 2.104.757.669,80 | 1.249.996.950,85 | 110,6% | 59,4% |
| Investimentos | 598.151.000,00 | 1.433.626.425,46 | 692.317.529,84 | 115,7% | 48,3% |
| Inversões Financeiras | 258.525.000,00 | 312.894.398,00 | 206.658.771,85 | 79,9% | 66,0% |
| Amortização da Dívida | 273.349.000,00 | 358.236.846,34 | 351.020.649,16 | 128,4% | 98,0% |

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

2.3. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

No período a receita orçamentária alcançou um montante de R\$ 11.649.577.977,24 e a despesa orçamentária empenhada alcançou um montante de R\$ 11.338.540.370,14. No confronto entre a execução da receita e despesa, no exercício de 2022, o resultado orçamentário apresentou um superávit de R\$ 311.037.607,10. Desconsiderando os empenhos vinculados a



Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal

recursos de superávit financeiro de exercícios anteriores o resultado orçamentário ajustado apresentou um Superávit de R\$ 1.657.699.359,47.

Foram abertos créditos com base no superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R\$ 1.868.496.201,85, sendo executados o valor de R\$ 1.346.661.752,37. Estes recursos foram fonte para abertura de créditos adicionais, que por motivo legal, não podem ser demonstrados como parte dos itens do Balanço Orçamentário que integram o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi no exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício atual. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, tendo em vista o disposto no Art. 35 da Lei 4.320/64. Com base no exposto, segue quadro explicativo do resultado orçamentário do período:

| RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO | | | | | |
|--|-------------------|---------------------------|-------------------------|-------------|---------------|
| Descrição | Inicial (a) | Atualizada (b) | Executada (c) | % (c/a) | % (c/b) |
| RECEITAS | 10.224.000.000,00 | 11.212.469.659,12 | 11.649.577.977,24 | 113,9% | 103,9% |
| DESPESAS | 10.224.000.000,00 | 13.080.965.860,97 | 11.338.540.370,14 | 110,9% | 86,7% |
| RESULTADO ORÇAMENTÁRIO | - | (1.868.496.201,85) | 311.037.607,10 | 0,0% | -16,6% |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | - | 1.868.496.201,85 | 1.346.661.752,37 | 0,0% | 72,1% |
| RESULTADO ORÇAMENTÁRIO AJUSTADO | - | - | 1.657.699.359,47 | 0,0% | 0,0% |

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

O resultado previdenciário do RPPS, apresentado no período e considerando os aportes destinados ao RPPS, corresponde a um superávit de R\$ 58.053.744,19 conforme demonstrado abaixo.

| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS | | | | | |
|---------------------------------|------------------|-------------------------|----------------------|---------|---------|
| Descrição | Inicial (a) | Atualizada (b) | Executada (c) | % (c/a) | % (c/b) |
| RECEITAS | 1.607.263.000,00 | 1.607.263.000,00 | 1.800.804.236,74 | 112,0% | 112,0% |
| DESPESAS | 1.607.263.000,00 | 1.823.840.000,00 | 1.742.750.492,55 | 108,4% | 95,6% |
| RESULTADO ORÇAMENTÁRIO | - | (216.577.000,00) | 58.053.744,19 | | |

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

2.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DESPESA POR FUNÇÕES

O Demonstrativo por Funções tem por objetivo informar as despesas realizadas pelo ente no período, apresentando-as em termos de classificação funcional, que são agregadas em diversas áreas de atuação do setor público, nas esferas legislativa, executiva e judiciária.



Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal

EXECUÇÃO DA DESPESAS Por Funções

| Descrição | Inicial (a) | Atualizada (b) | Executada (c) | % (c/a) | % (c/b) |
|----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------|---------|
| DESPESA TOTAL | 10.224.000.000,00 | 13.080.965.860,97 | 11.338.540.370,14 | 110,9% | 86,7% |
| LEGISLATIVA | 153.728.000,00 | 153.728.000,00 | 146.076.736,37 | 95,0% | 95,0% |
| ESSENCIAL À JUSTIÇA | 63.962.000,00 | 71.702.000,00 | 71.028.065,08 | 111,0% | 99,1% |
| ADMINISTRAÇÃO | 659.035.000,00 | 888.155.771,46 | 805.172.139,47 | 122,2% | 90,7% |
| DEFESA NACIONAL | - | - | - | 0,0% | 0,0% |
| SEGURANÇA PÚBLICA | 176.889.000,00 | 200.598.892,20 | 196.507.058,29 | 111,1% | 98,0% |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL | 231.037.000,00 | 341.450.842,29 | 258.573.074,23 | 111,9% | 75,7% |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 2.234.377.000,00 | 2.376.655.378,15 | 2.303.985.453,89 | 103,1% | 96,9% |
| SAÚDE | 2.159.048.000,00 | 2.600.553.562,63 | 2.530.376.940,76 | 117,2% | 97,3% |
| TRABALHO | 4.475.000,00 | 6.757.590,36 | 3.268.182,23 | 73,0% | 48,4% |
| EDUCAÇÃO | 1.746.774.000,00 | 2.205.389.899,50 | 2.153.615.414,77 | 123,3% | 97,7% |
| CULTURA | 72.032.000,00 | 94.136.326,33 | 86.604.736,34 | 120,2% | 92,0% |
| DIREITO DA CIDADANIA | 646.000,00 | 2.215.000,00 | 1.796.032,88 | 278,0% | 81,1% |
| URBANISMO | 1.224.334.000,00 | 2.153.382.831,60 | 1.159.635.109,74 | 94,7% | 53,9% |
| HABITAÇÃO | 32.063.000,00 | 62.267.775,88 | 15.130.648,84 | 47,2% | 24,3% |
| SANEAMENTO | 311.619.000,00 | 360.238.056,90 | 350.764.661,03 | 112,6% | 97,4% |
| GESTÃO AMBIENTAL | 229.062.000,00 | 362.182.132,57 | 243.350.468,14 | 106,2% | 67,2% |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 410.000,00 | 410.000,00 | - | 0,0% | 0,0% |
| INDÚSTRIA | 250.000,00 | 250.000,00 | 200.000,00 | 80,0% | 80,0% |
| COMÉRCIO E SERVIÇOS | 356.118.000,00 | 439.734.066,89 | 295.825.090,07 | 83,1% | 67,3% |
| DESPORTO E LAZER | 46.263.000,00 | 67.250.247,86 | 62.350.430,15 | 134,8% | 92,7% |
| ENCARGOS ESPECIAIS | 474.802.000,00 | 687.550.157,79 | 654.280.127,86 | 137,8% | 95,2% |
| RESERVAS | 47.076.000,00 | 6.357.328,56 | - | 0,0% | 0,0% |

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

3. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

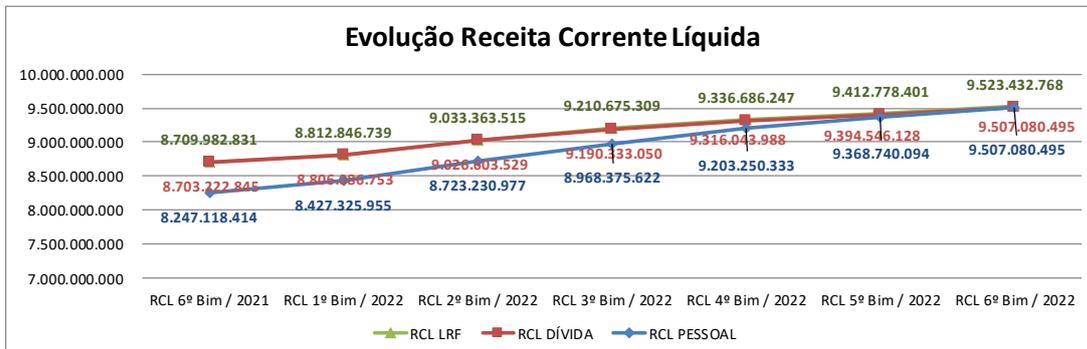
A definição de Receita Corrente Líquida está prevista na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, art. 2º, inciso IV. Sua apuração serve como base para o cálculo da reserva de contingência e dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias e das operações de crédito.

O demonstrativo serve de base de cálculo para apuração dos limites do Relatório de Gestão Fiscal do Município de Curitiba, tendo apresentado os seguintes valores para o bimestre de referência:

| ESPECIFICAÇÃO | 2022 6º Bimestre |
|---|--------------------------|
| RECEITAS CORRENTES (I) | 10.553.284.761,75 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 4.229.078.761,34 |
| IPTU | 1.136.868.499,67 |
| ISS | 1.874.902.885,73 |
| ITBI | 466.451.244,36 |
| IRRF | 529.843.444,45 |
| Outras Receitas Tributárias | 221.012.687,13 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 535.657.740,48 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 788.333.065,78 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 208.152.301,03 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 4.505.696.472,07 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 286.366.421,05 |
| DEDUÇÕES (II) | 1.029.851.993,34 |
| CONTR. PLANO SEG. SOCIAL SERVIDOR | 403.433.057,13 |
| COMPENS. FINANC. ENTRE REG. DE PREVIDÊNCIA | 10.104.865,89 |
| RENDIMENTO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS | 195.019.731,85 |
| DEDUÇÃO DA REC. P/ FORMAÇÃO DO FUNDEB | 421.294.338,47 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II) | 9.523.432.768,41 |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) | 16.352.273,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO | 9.507.080.495,41 |
| (-) serviço do sistema de transporte coletivo - FUC - §3º do Art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 101/17 - LRFM | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL | 9.507.080.495,41 |



O gráfico abaixo demonstra a evolução da RCL nos últimos bimestres.



4. RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

4.1. RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário surge do confronto de receitas e despesas primárias no exercício, ou seja, excluída as parcelas referentes aos juros nominais incidentes sobre a dívida líquida. Sua apuração fornece uma avaliação do impacto da política fiscal nas contas públicas. Os superávits primários contribuem para a redução da dívida líquida. Em contrapartida, os déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida líquida resultante do financiamento de gastos primários (despesas não financeiras) que ultrapassam as receitas primárias (receitas não financeiras).

No período de referência o resultado primário teve um superávit de R\$ 132.173.840,80 (Acima da Linha), sendo inferior aos valores do serviço da dívida (amortização e os juros e encargos) de R\$ 392.872.255,79, havendo, em tese, necessidade de financiamento pelo município.

| Descrição | Valor |
|---------------------------|-----------------------|
| RECEITA PRIMÁRIA | 9.525.873.560,77 |
| DESPESA PRIMÁRIA | 9.393.699.709,97 |
| RESULTADO PRIMÁRIO | 132.173.850,80 |

4.2. RESULTADO NOMINAL

O resultado nominal é o conceito fiscal mais amplo e representa a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), num determinado período. Essa diferença corresponde à necessidade de financiamento.

No período de referência o resultado nominal foi de R\$ 538.309.328,18, ou seja, diminuiu este valor da Dívida Fiscal Líquida.



Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal

| ABAIXO DA LINHA | | |
|---|-----------------------|-----------------------|
| CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL | SALDO | |
| | Em 31 Dez 2021 (a) | Em 31 Dez 2022 (b) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII) | 1.496.030.834,03 | 1.445.234.867,25 |
| DEDUÇÕES (XXIX) | 3.397.460.687,92 | 3.931.359.243,31 |
| Disponibilidade de Caixa | 3.397.460.687,92 | 3.931.359.243,31 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 3.605.053.250,83 | 4.222.191.781,98 |
| (-) Restos a Pagar Processados (XXX) | 58.241.341,28 | 57.958.469,59 |
| (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 149.351.221,63 | 232.874.069,08 |
| Demais Haveres Financeiros | - | - |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX) | (1.901.429.853,89) | (2.486.124.376,06) |
| RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb) | | 584.694.522,17 |
| AJUSTE METODOLÓGICO | | |
| | Em 31 Dez 2022 | |
| VARIÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb) | | 282.871,69 |
| RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX) | | - |
| PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXV) | | 104.075.527,41 |
| VARIÇÃO CAMBIAL (XXXVI) | | 41.314.005,67 |
| PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVII) | | 11.073.084,03 |
| AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVIII) | | (96.923.628,04) |
| OUTROS AJUSTES (XXXVIII) 4 | | (83.495.143,31) |
| RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII) | | 538.309.328,18 |

5. RESTOS A PAGAR

Um dos princípios orçamentários previsto na Constituição Federal de 1988 é o princípio da anualidade, que determina a vigência do orçamento somente para o exercício ao qual se refere. Entretanto, a Lei 4.320 determina que se consideram Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

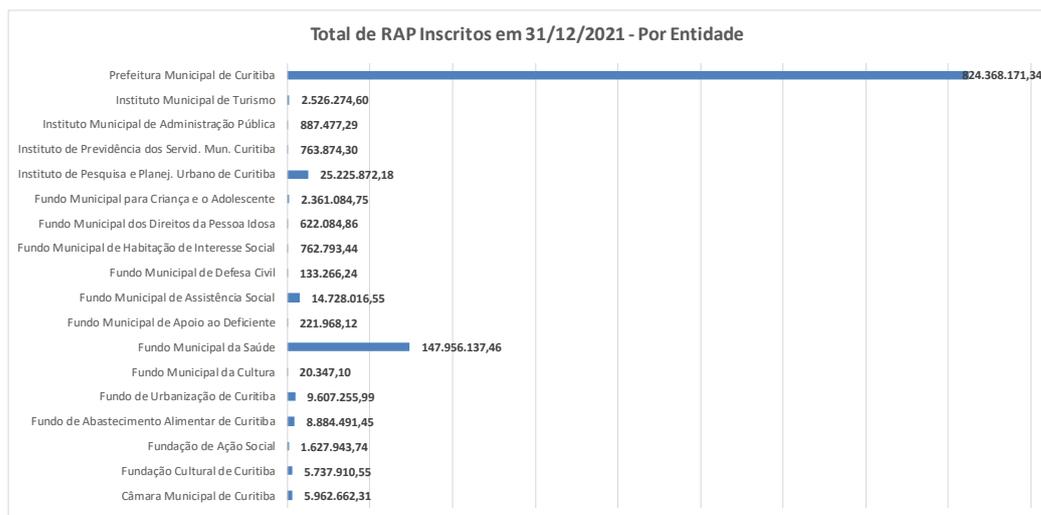
Desse modo, a despesa orçamentária empenhada que não for paga até o dia 31 de dezembro será considerada como Restos a Pagar. Entende-se por Restos a Pagar Processados aqueles resultantes de despesas orçamentárias liquidadas e não pagas. Já os Restos a Pagar não Processados são aqueles cujo empenho foi legalmente emitido, mas depende ainda da fase de liquidação. A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Em 31/12/2021 foram inscritos R\$ 1.052.397.632,27 referente a Restos a Pagar, sendo R\$ 58.723.013,98 processados e R\$ 993.674.618,29 não processados. A distribuição por exercício e entidade podem ser verificadas nos gráficos abaixo:





Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal



Do valor total inscrito, 72,78% correspondem a restos a pagar de Outras Despesas Correntes, 25,88% correspondem a restos a pagar de investimentos e 1,34% correspondem a restos a pagar de outros grupos de despesas conforme tabela a seguir.

| Grupo de Despesa | Total RAP Inscritos | % |
|--------------------------------|-------------------------|-------------|
| 31 - Pessoal | 7.421.120,99 | 0,71% |
| 32 - Amortização e Juros | 382.787,11 | 0,04% |
| 33 - Outras despesas Correntes | 765.983.565,24 | 72,78% |
| 44 - Investimentos | 272.381.907,25 | 25,88% |
| 46 - Amortização | 6.228.251,68 | 0,59% |
| Total Geral | 1.052.397.632,27 | 100% |

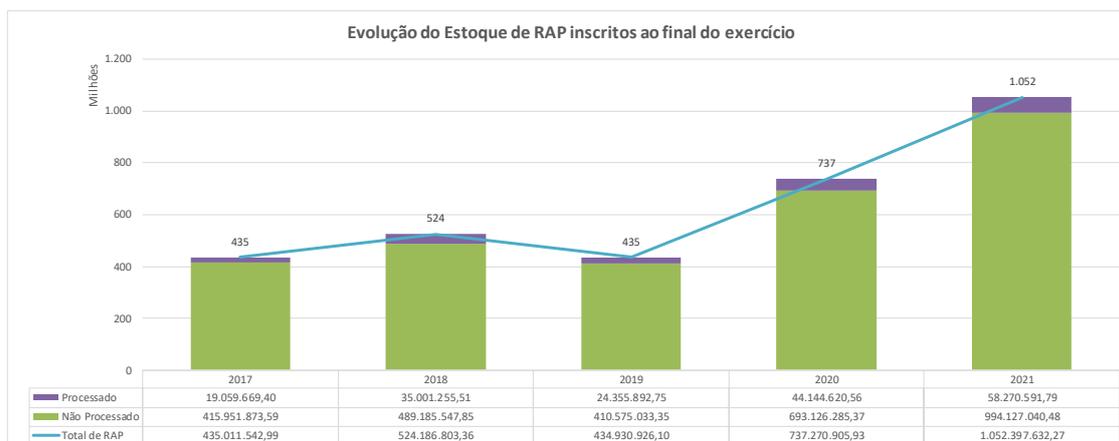
Considerando as funções de governo verificamos que 46,89% dos restos a pagar correspondem a função educação, 19,67% referente a função urbanismo e 14,06% na função saúde. As outras funções correspondem a 19,39% dos valores de restos a pagar inscritos, conforme tabela abaixo.

| Função | Total RAP Inscritos | % |
|--------------------------|-------------------------|-------------|
| 01-LEGISLATIVA | 5.962.662,31 | 0,57% |
| 03-ESSENCIAL À JUSTIÇA | 912.729,83 | 0,09% |
| 04-ADMINISTRAÇÃO | 42.745.474,31 | 4,06% |
| 06-SEGURANÇA PÚBLICA | 10.008.970,25 | 0,95% |
| 08-ASSISTÊNCIA SOCIAL | 19.779.085,36 | 1,88% |
| 09-PREVIDÊNCIA SOCIAL | 764.765,00 | 0,07% |
| 10-SAÚDE | 147.956.137,46 | 14,06% |
| 11-TRABALHO | 39.572,69 | 0,00% |
| 12-EDUCAÇÃO | 493.434.028,71 | 46,89% |
| 13-CULTURA | 5.758.257,65 | 0,55% |
| 14-DIREITOS DA CIDADANIA | 197.181,05 | 0,02% |
| 15-URBANISMO | 206.979.505,39 | 19,67% |
| 16-HABITAÇÃO | 10.704.222,94 | 1,02% |
| 17-SANEAMENTO | 33.612.125,70 | 3,19% |
| 18-GESTÃO AMBIENTAL | 41.599.002,14 | 3,95% |
| 23-COMÉRCIO E SERVIÇOS | 15.825.414,31 | 1,50% |
| 27-DESPORTO E LAZER | 2.648.298,02 | 0,25% |
| 28-ENCARGOS ESPECIAIS | 13.470.199,15 | 1,28% |
| Total Geral | 1.052.397.632,27 | 100% |

O Gráfico a seguir demonstra a evolução do estoque de restos a pagar inscritos ao final de cada exercício.



Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal



A tabela a seguir mostra as movimentações de restos a pagar no período de referência.

| Ano | Restos a Pagar Processados | | | | Restos a Pagar Não Processados | | | | Saldo Total | |
|--------------------|----------------------------|----------------------|-------------------|---------------------|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|
| | Proc. Inscritos | Proc. Pagos | Proc. Cancelados | Saldo RAP Proc. | NP Inscritos | NP Liquidados | NP Pagos | NP Cancelados | | Saldo RAP NP |
| 2013 | - | - | - | - | 279.871,35 | - | - | - | 279.871,35 | - |
| 2014 | - | - | - | - | 702.441,50 | - | - | - | 702.441,50 | 702.441,50 |
| 2015 | 678.566,98 | - | 678.566,98 | - | 6,75 | - | - | - | 6,75 | 6,75 |
| 2016 | 16.105,64 | - | - | 16.105,64 | 141.434,38 | - | - | - | 141.434,38 | 157.540,02 |
| 2017 | 917,94 | - | - | 917,94 | 4.527.829,26 | 857.683,59 | 857.683,59 | 2.845.225,74 | 824.918,93 | 824.918,93 |
| 2018 | 1.446.520,22 | 178.510,99 | - | 1.268.009,23 | 2.874.320,01 | 1.563.687,15 | 1.563.687,15 | 1.230.188,69 | 80.444,17 | 1.348.453,40 |
| 2019 | 8.626,80 | 4.634,68 | 3.992,12 | - | 14.215.593,34 | 7.037.670,81 | 6.972.529,97 | 3.972.793,14 | 3.270.270,23 | 3.270.270,23 |
| 2020 | 471.987,10 | 471.757,48 | 229,62 | - | 65.882.670,03 | 21.262.418,38 | 21.252.136,01 | 25.278.891,03 | 19.331.842,99 | 19.331.842,99 |
| 2021 | 56.100.289,30 | 55.962.163,69 | 1.625,61 | 136.500,00 | 905.070.452,67 | 724.125.542,80 | 722.431.859,92 | 112.971.724,36 | 69.666.868,39 | 69.803.368,39 |
| Total Geral | 58.723.013,98 | 56.617.066,84 | 685.332,27 | 1.420.614,87 | 993.674.618,29 | 754.847.002,73 | 753.077.896,64 | 146.578.494,31 | 94.018.227,34 | 95.438.842,21 |

Em 31/12/2022 o saldo existente de restos a pagar correspondem ao valor de R\$ 95.438.842,21, sendo demonstrado sua composição por órgão na tabela a seguir.

| Órgãos | Saldo RAP |
|--|----------------------|
| Prefeitura Municipal de Curitiba | 81.057.761,24 |
| Instituto de Pesquisa e Planej. Urbano de Curitiba | 8.771.954,42 |
| Fundo Municipal de Assistência Social | 1.718.200,53 |
| Fundo Municipal da Saúde | 1.657.000,62 |
| Câmara Municipal de Curitiba | 870.392,57 |
| Fundação Cultural de Curitiba | 463.008,88 |
| Fundo Municipal para Criança e o Adolescente | 399.337,08 |
| Fundação de Ação Social | 169.002,39 |
| Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa | 138.626,02 |
| Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social | 68.365,54 |
| Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba | 44.048,85 |
| Fundo de Urbanização de Curitiba | 37.240,96 |
| Instituto Municipal de Turismo | 29.310,91 |
| Instituto de Previdência dos Servid. Mun. Curitiba | 9.021,77 |
| Instituto Municipal de Administração Pública | 2.489,00 |
| Fundo Municipal da Cultura | 1.891,43 |
| Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente | 1.190,00 |
| Fundo Municipal de Defesa Civil | - |
| Total Geral | 95.438.842,21 |

No Exercício de 2022 foram inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 1.087.997.002,81, sendo R\$ 54.784.109,70 de restos a pagar processados e R\$ 1.033.212.893,11 de restos a pagar não processados. A composição por órgão está apresentada na tabela a seguir.

| Empresas | RP Processado | RP Não Processado | Total de RP |
|--|----------------------|-------------------------|-------------------------|
| Câmara Municipal de Curitiba | 983.182,18 | 3.673.937,78 | 4.657.119,96 |
| Fundação Cultural de Curitiba | 54.539,77 | 4.058.217,98 | 4.112.757,75 |
| Fundação de Ação Social | 99.029,22 | 4.053.488,39 | 4.152.517,61 |
| Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba | 7.485.303,29 | 47.295.027,97 | 54.780.331,26 |
| Fundo de Urbanização de Curitiba | - | 6.531.804,67 | 6.531.804,67 |
| Fundo Municipal da Cultura | 10.912,50 | 56.625,05 | 67.537,55 |
| Fundo Municipal da Saúde | 5.100.225,91 | 65.532.243,00 | 70.632.468,91 |
| Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente | 10.000,00 | 503.895,00 | 513.895,00 |
| Fundo Municipal de Assistência Social | 5.955,10 | 13.993.206,63 | 13.999.161,73 |
| Fundo Municipal de Defesa Civil | - | 632.272,99 | 632.272,99 |
| Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social | - | 821.176,01 | 821.176,01 |
| Fundo Municipal do Trabalho | - | - | - |
| Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa | - | 703.568,22 | 703.568,22 |
| Fundo Municipal para Criança e o Adolescente | 2.329,00 | 1.034.786,62 | 1.037.115,62 |
| Instituto de Pesquisa e Planej. Urbano de Curitiba | 349.713,73 | 8.550.480,48 | 8.900.194,21 |
| Instituto de Previdência dos Servid. Mun. Curitiba | 15.361,08 | 247.427,01 | 262.788,09 |
| Instituto Municipal de Administração Pública | 615.971,46 | 575.033,30 | 1.191.004,76 |
| Instituto Municipal de Turismo | 78.890,32 | 3.301.148,17 | 3.380.038,49 |
| Prefeitura Municipal de Curitiba | 39.972.696,14 | 871.648.553,84 | 911.621.249,98 |
| Total Geral | 54.784.109,70 | 1.033.212.893,11 | 1.087.997.002,81 |



6. LIMITE CONSTITUCIONAL COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes das receitas resultantes de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

A apresentação deste demonstrativo está prevista no ordenamento jurídico. O art. 72 da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB prevê a publicação nos relatórios expressos na Constituição. O art. 165 da Constituição determina a publicação até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Adicionalmente, o art. 52 da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, reafirma o prazo de publicação e informa a sua abrangência.

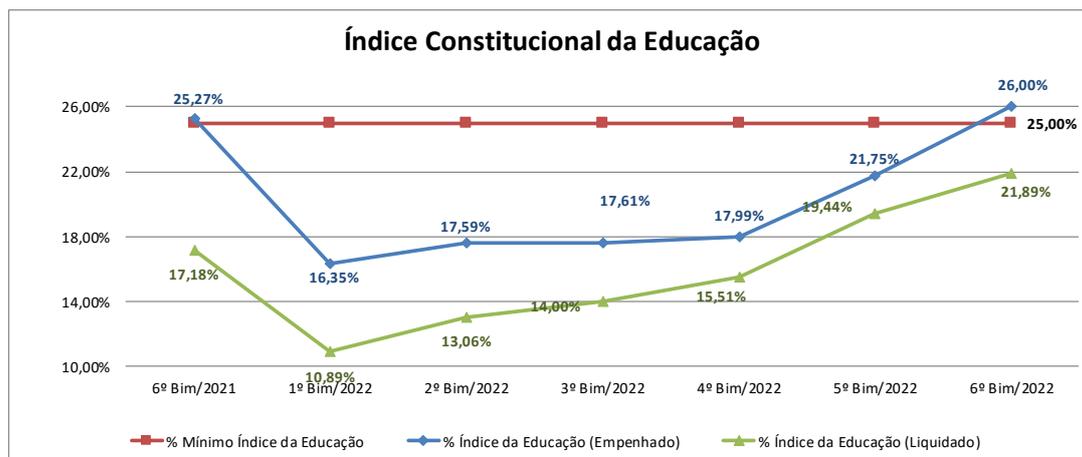
O Município aplicará, anualmente, em MDE, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências. Portanto, a observação quanto ao cumprimento do limite mínimo é anual (final do exercício financeiro).

Segue abaixo resumo do cálculo do índice constitucional da Educação, apresentando o cálculo pela despesa liquidado, utilizada até o 6º bimestre do exercício, e o cálculo pela despesa empenhada que será utilizada ao final do exercício.

| DESPESAS EMPENHADAS | | |
|--|-----|------------------|
| BASE DE CÁLCULO (Receita Líquida de Impostos) | | 6.161.643.231,49 |
| APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL EM EDUCAÇÃO | 25% | 1.540.410.807,87 |
| DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS - FUNDEB | | 860.918.344,60 |
| DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS - RECEITA DE IMPOSTOS | | 1.158.201.181,23 |
| SUPERÁVIT FINANCEIRO APLICADO ATÉ 1º QUADRIMESTRE | | 21.224.712,32 |
| TOTAL DE DESPESAS | | 2.040.344.238,15 |
| DEDUÇÕES NÃO CONSIDERADAS NO ÍNDICE | | -438.581.736,72 |
| DESPESAS CONSIDERADAS NO ÍNDICE | | 1.601.762.501,43 |
| APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL EM EDUCAÇÃO NO PERÍODO | | 26,00% |

| DESPESAS LÍQUIDADAS | | |
|--|-----|------------------|
| BASE DE CÁLCULO (Receita Líquida de Impostos) | | 6.161.643.231,49 |
| APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL EM EDUCAÇÃO | 25% | 1.540.410.807,87 |
| DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS - FUNDEB | | 822.240.240,16 |
| DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS - RECEITA DE IMPOSTOS | | 943.676.953,16 |
| SUPERÁVIT FINANCEIRO APLICADO ATÉ 1º QUADRIMESTRE | | 21.224.712,32 |
| TOTAL DE DESPESAS | | 1.787.141.905,64 |
| DEDUÇÕES NÃO CONSIDERADAS NO ÍNDICE | | -438.581.736,72 |
| DESPESAS CONSIDERADAS NO ÍNDICE | | 1.348.560.168,92 |
| APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL EM EDUCAÇÃO NO PERÍODO | | 21,89% |

O gráfico abaixo demonstra a evolução do índice Constitucional da Educação nos últimos bimestres.



| Histórico investimento na educação: Descrição | no Exercício | no Exercício | no Exercício | Até o Bimestre |
|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| Valor Referente aos Impostos: | 1.095.816.455,71 | 1.159.929.994,94 | 1.419.220.181,07 | 1.601.762.501,43 |
| Índice: | 25,73% | 25,37% | 25,27% | 26,00% |
| Valor total investido na educação (Função 12): | 1.520.528.449,50 | 1.501.378.891,64 | 1.828.774.804,90 | 2.153.615.414,77 |

7. LIMITE CONSTITUCIONAL COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Esse demonstrativo integra o RREO em cumprimento ao art. 35 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o qual determina que as receitas correntes e as despesas com ações e serviços públicos de saúde serão apuradas e publicadas em demonstrativo próprio que acompanhará o relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

O Município aplicará, anualmente, em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), 15% (quinze por cento), no mínimo, das receitas resultantes de impostos, compreendida a proveniente de transferências. Portanto, a observação quanto ao cumprimento do limite mínimo é anual (final do exercício financeiro).

Segue abaixo resumo do cálculo do índice constitucional da Saúde, apresentando o cálculo pela despesa liquidado, utilizada até o 6º bimestre do exercício, e o cálculo pela despesa empenhada que será utilizada ao final do exercício.

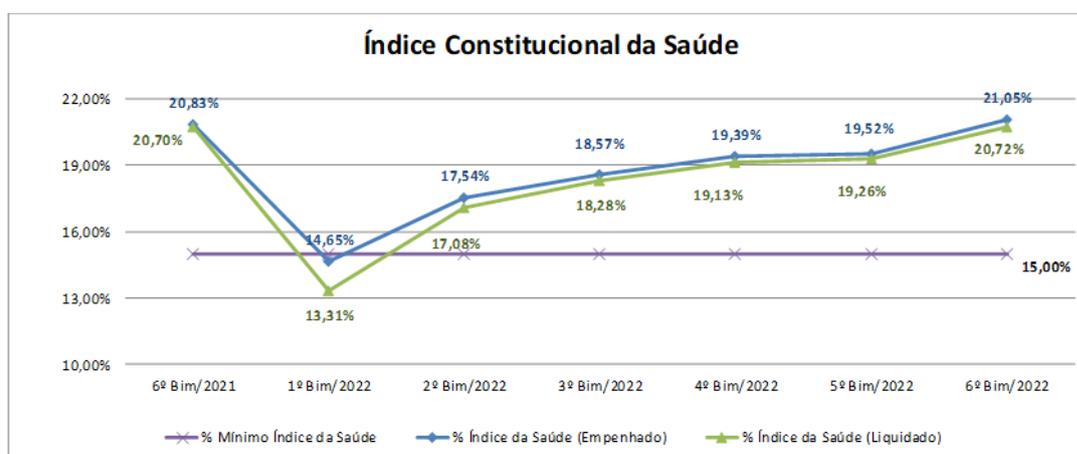


Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal

| DESPESAS EMPENHADAS | | |
|--|-----|------------------|
| BASE DE CÁLCULO (Receita Líquida de Impostos) | | 6.114.537.768,54 |
| APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL EM SAÚDE | 15% | 917.180.665,28 |
| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) | | 1.294.149.753,76 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS | | -9.650.673,91 |
| DESPESAS CONSIDERADAS NO ÍNDICE | | 1.284.499.079,85 |
| APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL EM SAÚDE NO PERÍODO | | 21,01% |

| DESPESAS LÍQUIDADAS | | |
|--|-----|------------------|
| BASE DE CÁLCULO (Receita Líquida de Impostos) | | 6.114.537.768,54 |
| APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL EM SAÚDE | 15% | 917.180.665,28 |
| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) | | 1.274.228.129,52 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS | | -9.650.673,91 |
| DESPESAS CONSIDERADAS NO ÍNDICE | | 1.264.577.455,61 |
| APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL EM SAÚDE NO PERÍODO | | 20,68% |

O gráfico abaixo demonstra a evolução do índice Constitucional da Saúde nos últimos bimestres.



| Histórico investimento na saúde: | no Exercício | | Até o Bimestre | |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| Valor Referente aos Impostos: | 909.879.344,86 | 914.026.528,04 | 1.163.124.948,14 | 1.284.499.079,85 |
| Índice: | 21,89% | 20,11% | 20,83% | 21,01% |
| Valor total investido na saúde (Função 10): | 1.966.016.715,34 | 2.213.223.181,22 | 2.586.740.719,09 | 2.530.376.940,76 |

8. DESPESA COM PESSOAL

A Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000 estabelece que os gastos de Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo Municipal durante o exercício não poderão exceder a 54% da Receita Corrente Líquida, calculada para o período de 12 meses e na forma estabelecida nos artigos 18 a 20 da referida Lei.

Foram incluídos no cálculo do índice das despesas com pessoal os empenhos liquidados de Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Gestão (exceto elemento 34) emitidos para o FEAES e INCS, conforme 12ª edição do MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais.

Foram excluídas a dedução referente ao IRRF conforme Lei Complementar nº 178/2021 que incluiu o § 3º no art. 18 da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal.



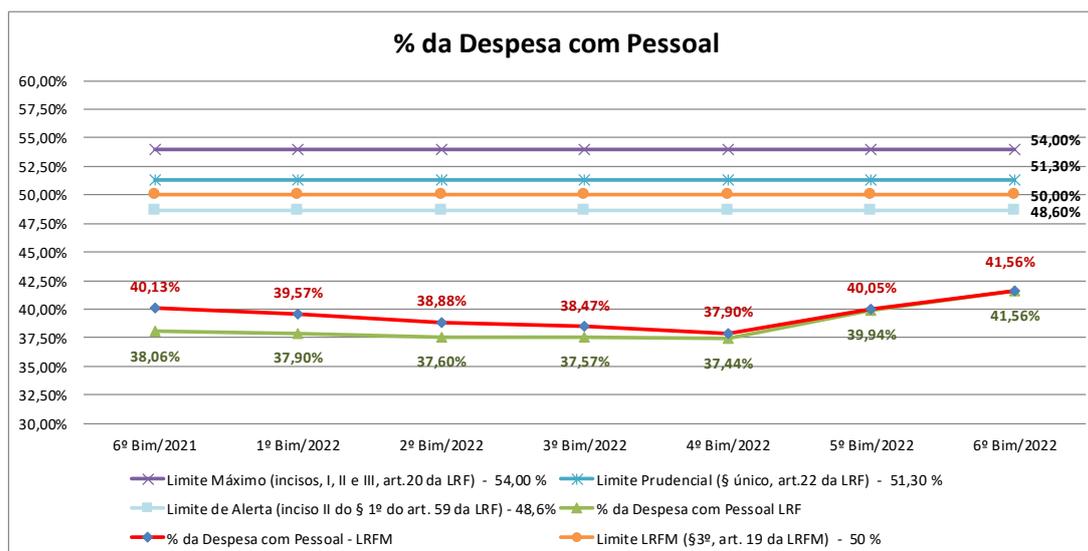
Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal

Também para fins da apuração do limite da despesa com pessoal, não estão computados na base de cálculo da receita corrente líquida os valores pertencentes ao Fundo de Urbanização de Curitiba - FUC e que sejam destinados ao pagamento dos contratos de concessão do serviço público de transporte, conforme §3º do Art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 101/17 – LRFM - Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal.

O Quadro abaixo demonstra o cálculo da despesa com pessoal do Poder Executivo do bimestre de referência.

| ESPECIFICAÇÃO | 6º Bim/2022 |
|--|-------------------------|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 5.146.444.503,40 |
| Pessoal Ativo | 3.515.659.705,70 |
| Pessoal Inativo e Pensionista | 1.630.784.797,70 |
| Outras desp. de pessoal dec. de contratos de terc. (art.18, §1º da LRF) | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II) | 1.635.533.755,42 |
| Indenizações pro Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 17.901,86 |
| Decorrente de Decisão Judicial | 4.719.604,25 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 11.451,61 |
| Inativos e Pensionistas com recursos vinculados | 1.630.784.797,70 |
| Instrução Normativa TCE/PR 56/2011 - IRRF (2) | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 3.951.105.705,19 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 9.523.432.768,41 |
| DEDUÇÃO DA RECEITA (SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO (FUC) - LRFM + EMENDAS PARLAMENTARES) | 16.352.273,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA FINS DA DESPESA COM PESSOAL - RCL (V) | 9.507.080.495,41 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL | 41,56% |

O gráfico abaixo demonstra a evolução do limite da Despesa com Pessoal nos últimos bimestre.





9. DÍVIDA CONSOLIDADA

A Dívida Consolidada (DC) ou fundada, para fins fiscais, corresponde ao montante total das obrigações financeiras assumidas:

- a) pela realização de operações de crédito com a emissão de títulos públicos, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses (dívida mobiliária);
- b) pela realização de operações de crédito em virtude de leis, contratos (dívida contratual), convênios ou tratados, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses;
- c) com os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- d) pela realização de operações de crédito de prazo inferior a 12 (doze) meses, que tenham constado como receitas no orçamento.

De acordo com a Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Compete também ao Senado Federal estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Atualmente esta fixação é definida pela RSF nº 40/2001.

Os limites globais para o montante da Dívida Consolidada Líquida de Estados e Municípios, não poderá exceder a 2 vezes a Receita Corrente Líquida, no caso dos Estados e do Distrito Federal, e 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida, no caso dos Municípios.

O Quadro abaixo demonstra a Dívida Consolidada do bimestre de referência.

| ESPECIFICAÇÃO | 6º Bim/2021 | 6º Bim/2022 |
|--|--------------------|--------------------|
| Dívida Consolidada | 1.496.030.834,03 | 1.445.234.867,25 |
| % DC sobre a RCL | 17,19% | 15,20% |
| Dívida Consolidada Líquida | (2.050.781.075,52) | (2.486.124.376,07) |
| % DCL sobre a RCL | -23,56% | -26,15% |
| Limite Definido pelo Senado Federal - Res. 40/01 | 10.443.867.413,87 | 11.408.496.594,49 |
| % Definido pelo Senado Federal | 120,00% | 120,00% |

O gráfico abaixo demonstra a evolução dos limites da Dívida em relação a RCL nos últimos bimestres.

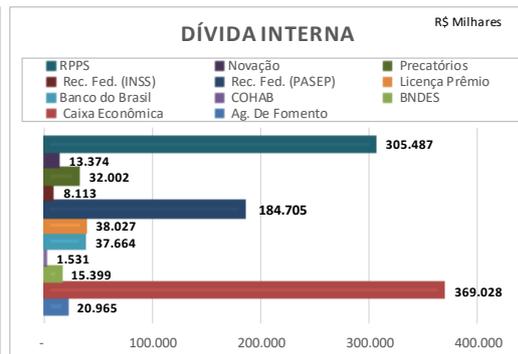
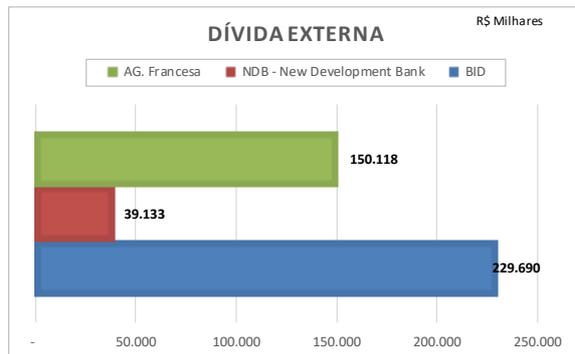
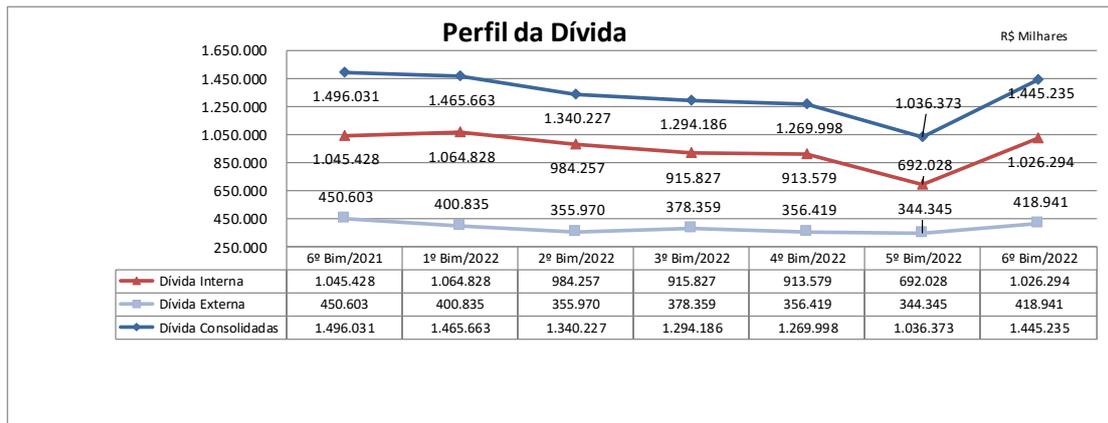


Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal



9.1. PERFIL DA DÍVIDA CONSOLIDADA

A seguir apresentamos o perfil Dívida Consolidada ou fundada, separadas em dívida externa e dívida interna, bem como a composição de cada uma.



10. INDICADORES FINANCEIROS E FISCAIS

Apresentamos a seguir alguns indicadores financeiros e fiscais referentes ao Município de Curitiba.

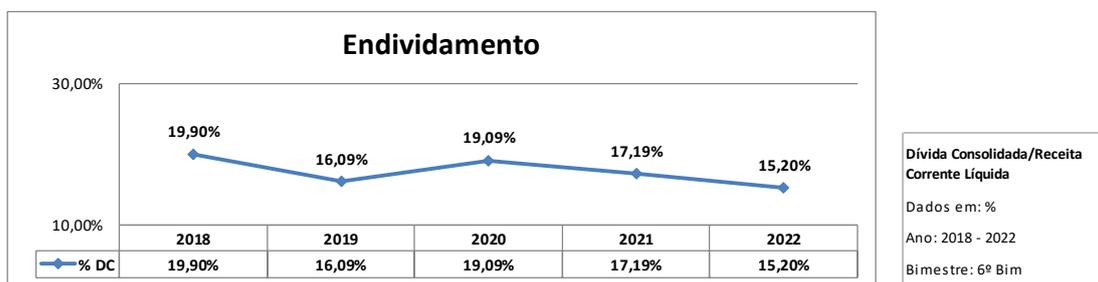


10.1. ENDIVIDAMENTO

Indicador 1

Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida

A relação entre a Dívida Consolidada e a Receita Corrente Líquida avalia o nível de endividamento do Município. Este indicador mostra qual o percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) de um exercício que seria consumido caso toda a Dívida Consolidada fosse paga.



10.2. POUPANÇA CORRENTE

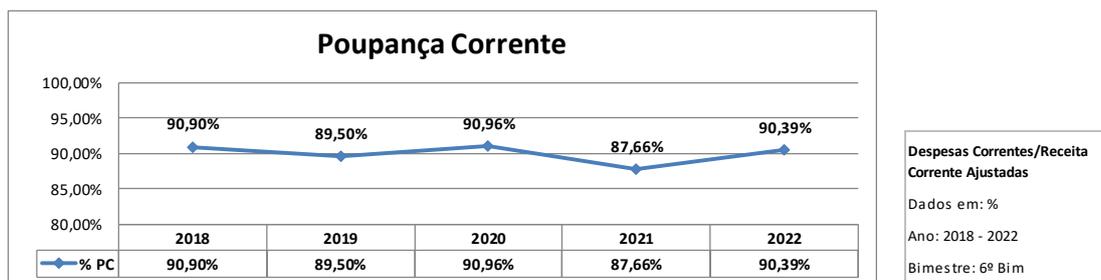
Indicador 2

Despesas Correntes/Receita Corrente Ajustadas

* Média ponderada dos últimos 3 exercícios

Este indicador procura verificar se o ente está fazendo poupança suficiente para absorver um eventual crescimento de suas despesas correntes acima do crescimento das receitas correntes.

Metodologia de cálculo: O indicador de Poupança Corrente terá como fontes de informação os Balanços anuais dos três últimos exercícios, e seu valor no ano t será o resultado da média ponderada da relação entre a Despesa Corrente e a Receita Corrente Ajustada dos exercícios anteriores.



10.3. LIQUIDEZ



Indicador 3

Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa Bruta

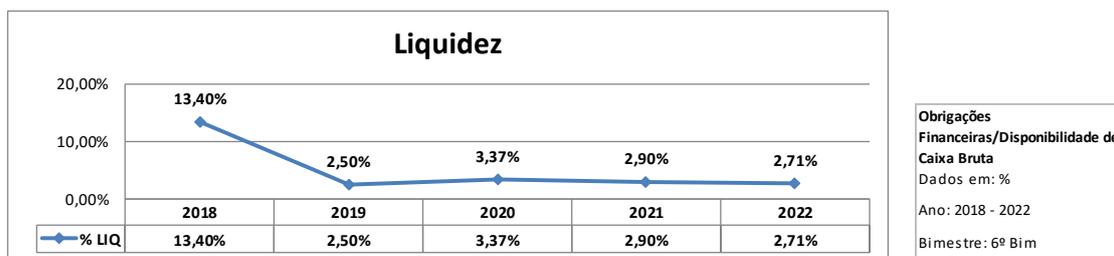
* Recursos Livres

Este indicador verifica se o ente tem um volume de recursos em caixa suficiente para honrar as obrigações financeiras já contraídas por ele.

Metodologia de cálculo: Ambos os valores necessários para a apuração do indicador são obtidos do “Anexo V do RGF - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa” do 3º quadrimestre do último exercício. Seriam considerados apenas os valores das linhas referentes aos recursos não vinculados das seguintes contas:

“Disponibilidade de Caixa Bruta “

“OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS”

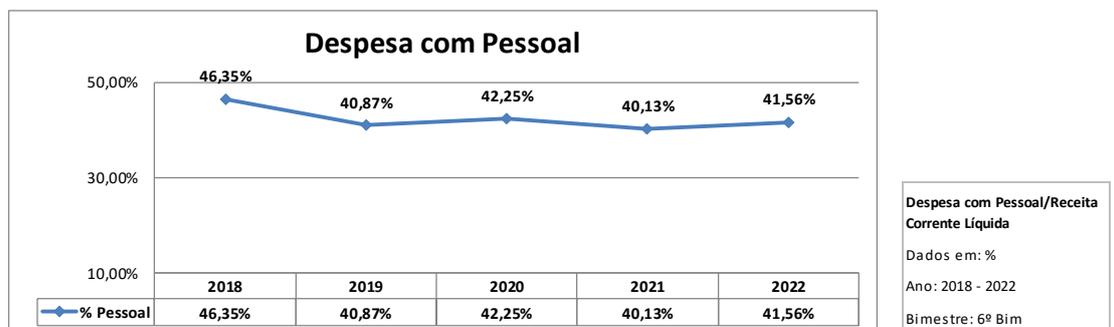


10.4. DESPESA DE PESSOAL

Indicador 4

Despesa com Pessoal/Receita Corrente Líquida

A Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000 estabelece que os gastos de Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo Municipal durante o exercício não poderão exceder a 54 % da Receita Corrente Líquida, calculada para o período de 12 meses e na forma estabelecida nos artigos 18 a 20 da referida Lei.



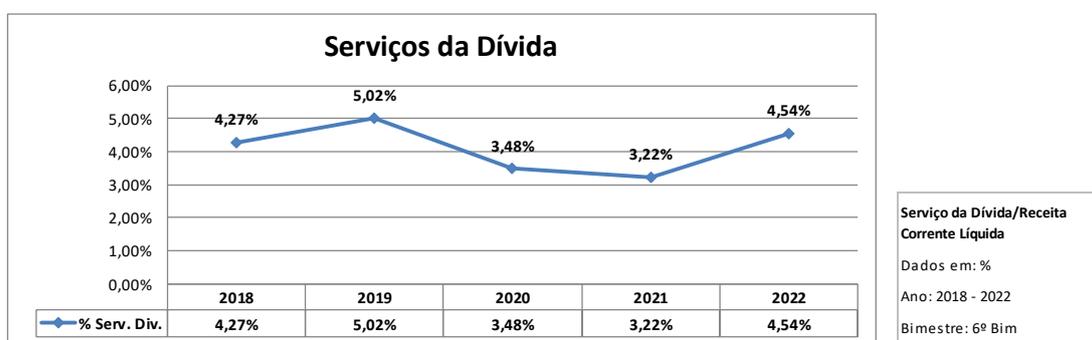


10.5. SERVIÇO DA DÍVIDA

Indicador 5

Serviço da Dívida/Receita Corrente Líquida

O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida (inciso II do art. 7º da RSF nº 43/2001). Este indicador também avalia a solvência fiscal do Município.

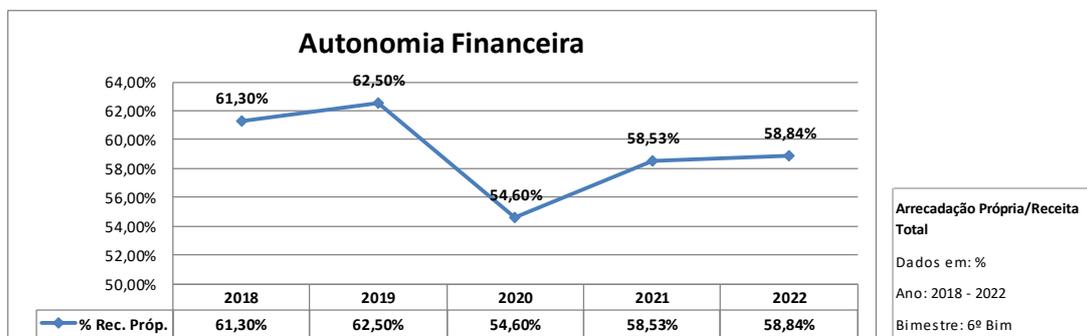


10.6. AUTONOMIA FINANCEIRA

Indicador 6

Arrecadação Própria/Receita Total

A arrecadação própria em relação à receita total (corrente mais capital) demonstra a autonomia fiscal do Município, ou seja, reflete a independência de transferências provenientes de Estados e União. Outro fator que deve ser considerado é o esforço do município em explorar a base tributária própria.





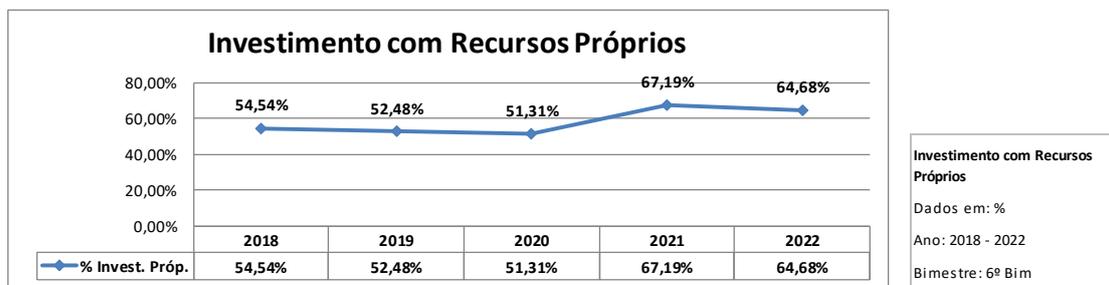
10.7. FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

Indicador 7

Investimento com Recursos Próprios

Entende-se como investimentos com recursos próprios a diferença entre o total gasto pelo Município com investimentos e as receitas de transferências de capital e de operações de crédito. É importante ressaltar que não é uma apuração de fontes de recurso, mas apenas uma estimativa com dados agregados.

Elevados percentuais de investimentos realizados com recursos próprios representam baixa dependência de fontes de financiamento provenientes de terceiros. Conseqüentemente, Municípios que apresentam alto índice de investimento com fontes próprias financiam seus investimentos com menor impacto fiscal futuro, visto que recorrem a operações de crédito de modo mais sustentável.

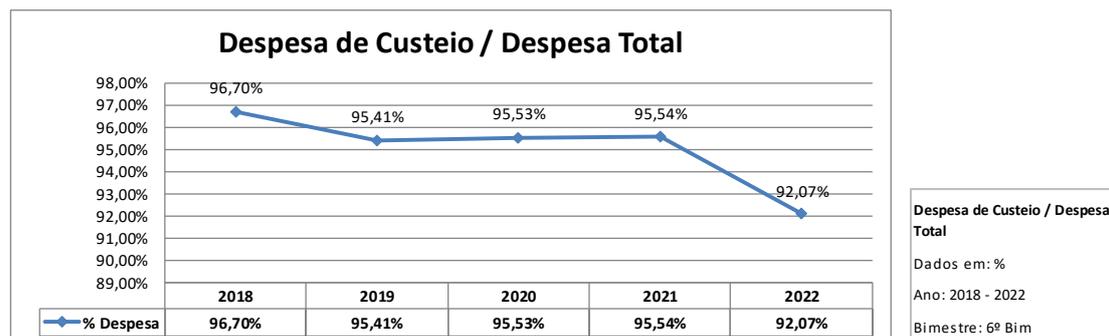


10.8. RIGIDEZ DAS DESPESAS

Indicador 8

Despesa de Custeio / Despesa Total

Consideram-se como despesas de custeio os gastos com pessoal, o serviço da dívida (encargos financeiros e amortizações da dívida) e outras despesas correntes. O objetivo deste indicador é identificar o percentual da despesa que apresenta alto nível de rigidez em relação às despesas totais (corrente e capital). Procura-se avaliar a flexibilidade fiscal, aspecto necessário para lidar com situações de contração fiscal.



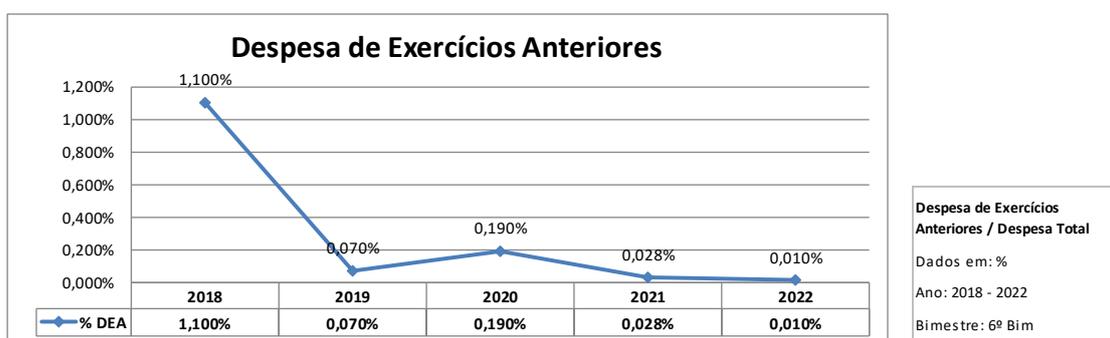


10.9. DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Indicador 9

Despesa de Exercícios Anteriores / Despesa Total

As despesas de exercícios anteriores (DEA) são aquelas que ocorreram, mas não houve registro e nem foi utilizado o orçamento à época. Altos valores deste indicador demonstram fragilidade no controle das despesas orçamentárias, visto que houve necessidade de pagar despesas que não foram previamente inscritas no orçamento.

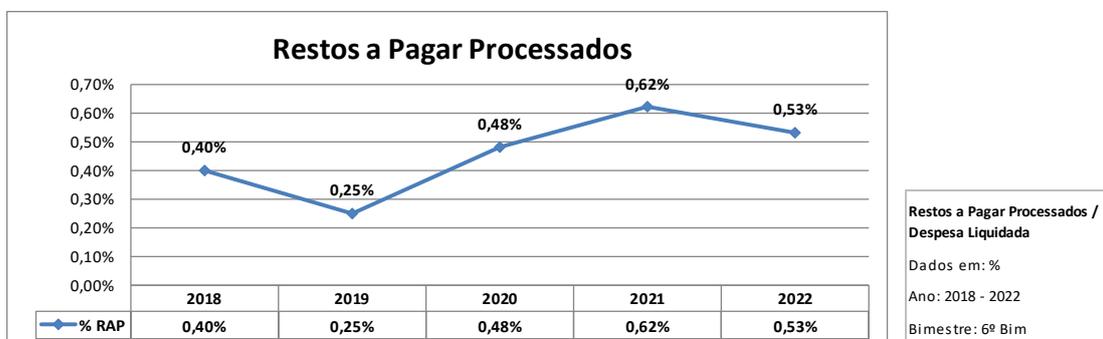


10.10. RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Indicador 10

Restos a Pagar Processados / Despesa Liquidada

Por definição, restos a pagar são despesas devidas e não pagas, as quais constam no orçamento do Ente federativo. Quanto maior o valor deste indicador, maior será a transferência de despesas do exercício que se encerra para o seguinte.





10.11. DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA

Indicador 11

Disponibilidade de Caixa Líquida/Despesa Mensal Liquidada Média

O indicador de disponibilidade de caixa em relação à despesa liquidada média mensura o quanto de caixa o Município tem para fazer frente à despesa liquidada de um mês, despesa essa calculada como a média dos 12 meses de despesa liquidada. Nesse indicador é considerada a disponibilidade total dos recursos, vinculados e não vinculados.

